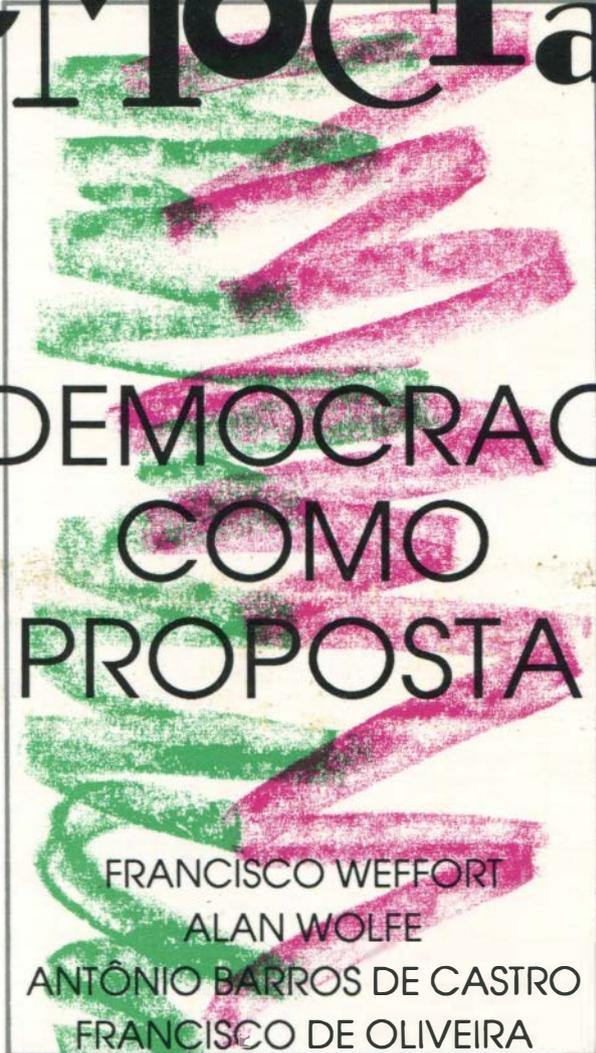


COLEÇÃO

# Democracia



## A DEMOCRACIA COMO PROPOSTA

FRANCISCO WEFFORT  
ALAN WOLFE  
ANTÔNIO BARROS DE CASTRO  
FRANCISCO DE OLIVEIRA  
CARLOS NELSON COUTINHO  
GIUSEPPE VACCA

**IBASE**

---

# POLÍTICA VERSUS ECONOMIA: ONTEM E HOJE

---

ANTÔNIO BARROS DE CASTRO\*

H

## LIBERALISMO ECONÔMICO

ouve um tempo em que, em determinadas regiões da Europa e da América do Norte, a propriedade era uma espécie de extensão do indivíduo. Em tais condições, parece evidente, as liberdades civis podiam ser consideradas inseparáveis da liberdade de dispor da propriedade e de seus frutos. Conseqüentemente o liberalismo político englobava a liberdade dos atos econômicos. As zonas de colonização norte-americana, com suas pequenas propriedades, e a pacata Genebra do século XVIII, com seu diversificado artesanato, são ilustrações clássicas deste tipo de mundo.

Uma idéia, das mais poderosas e influentes que o homem já teve, veio no entanto quebrar a compacta unidade de que até então gozava o liberalismo. E isto, convém frisar, muito antes da superação do pequeno produtor pela grande empresa capitalista. Refiro-me à noção de que as transações econômicas que ocupam o quotidiano dos homens têm por trás de si uma lógica que dá consistência aos fatos da vida material. Duas grandes conseqüên-

---

\* Consciente das minhas limitações relutei bastante em aceitar o convite do IBASE para participar do Fórum Permanente de Debates: A Democracia como Proposta. Acabei aceitando, por admitir que alguém que há anos leciona história da industrialização, deveria ter algo a dizer a esse respeito. O resultado aí está, sem polimento acadêmico, e na esperança de que possa oferecer matéria prima para um debate que já deveria estar nas ruas. E não está porque o liberalismo econômico, numa manobra conceitual e historicamente espúrea, tem logrado estender sobre si o manto do liberalismo político, e associar-se através dele à democracia.

---

cias, intimamente relacionadas, decorrem desta revolucionária idéia.

Primeiramente, sendo ela verdadeira, torna-se possível estudar cientificamente os triviais fatos – aparentemente dispersos e sem sentido – que constituem a vida econômica. Além disto, e já que as transações econômicas relacionam-se umas com as outras, possuindo um sentido de conjunto, fica em princípio questionada a prática usual dos governos, de "interferir" (noção até então desprovida de sentido) na vida material dos governados. Um episódio, protagonizado por um radical representante da nova maneira de pensar, pode ser aqui evocado.

O publicista francês Mercier de la Riviere, valendo-se da oportunidade de ministrar ensinamentos a Catharina II, a Grande, procura convencê-la de que não deve legislar em matéria econômica. Leis econômicas, diz ele, não se faz, se aprende, estudando economia. Advirta o leitor que o autocratismo, a brutalidade, o lado despótico, enfim, da tsarina não parecem incomodar o representante da fisiocracia, preocupa-lhe, unicamente, a possibilidade de que suas ações transgridam as "leis" reveladas pelo estudo da economia. E isto, convém frisar, não o diferencia do grupo a que pertence: os fisiocratas defendem, assumidamente, aquilo a que se convencionou chamar de despotismo esclarecido.

O episódio que acabo de evocar deixa claro, que ao tornar os fatos econômicos um objeto de estudos, os primeiros economistas haviam também descoberto razões inteiramente novas, para que o poder dos governantes fosse refreado. E estas razões nada tinham a ver, seja com os direitos do homem, seja com os ideais de liberdade. A política (e a religião) não devem interferir nos fatos econômicos, porque eles são capazes de regular a si mesmos. Ao que se agregaria, logo a seguir, a noção complementar de que as boas intenções e os ideais elevados são particularmente de se temer: as conseqüências não intencionais das boas ações, sempre e quando discrepem da lógica econômica, revelam-se (supostamente) prejudiciais àqueles mesmos a que se pretende beneficiar.

O que acaba de ser dito coloca em foco aquilo a que poderíamos talvez denominar de autonomização do liberalismo econômico. Como resultado desta operação surge uma doutrina que prega a limitação dos poderes do soberano – o que a aproxima do liberalismo político, bem como dos ideais democráticos – mas que, ao mesmo tempo, deles difere radicalmente. Estamos de fato diante de um divórcio de imensas conseqüências – que, como veremos, pode ser percebido por trás de alguns paradoxos com que nos defrontamos na atualidade.

---

O avanço da democracia na América Latina, nos últimos dez anos, é algo inegável. Ressalvada a distância que usualmente media entre a realidade e os princípios, talvez se possa mesmo afirmar que a democracia está implantada na maioria de nossos países. E, no entanto, o liberalismo se encontra entre nós em plena ofensiva, pregando reformas que eliminariam a enorme distância que alegadamente subsiste, entre as suas propostas e a realidade. Baseado em última análise nas mesmas idéias, Pinochet reivindica para o seu truculento regime (com razão no meu entender), o pioneirismo na (re)implantação do liberalismo econômico na América Latina.

Depreende-se do que precede, que as relações entre as "demandas não atendidas" do liberalismo e a democracia são no mínimo confusas. A conclusão merece ser repisada. Como é bem sabido, o mesmo conjunto de empresas que no mundo subdesenvolvido bem como no mundo ex-socialista devem ser privatizadas – como parte integrante e destaque das reformas liberalizantes – pertence ou pertenceu (até muito recentemente) em regra ao Estado, nas democracias ocidentais. E quanto à abertura de nossas economias – o outro horário destaque das reformas liberalizantes – lembremos apenas que o coeficiente de importações (importações/PIB) da economia norte americana situou-se entre 3,2% e 4,6%, de 1930 a 1970, sendo, pois, inferior ou igual ao atual coeficiente brasileiro – a que o coro liberal se refere como capaz de sufocar as liberdades.

Nada disto deve no entanto surpreender. É preciso ficar claro que do ponto de vista do liberalismo econômico, o mérito de um governante que assegure a liberdade das transações econômicas e minimize o tamanho do Estado, nada tem a ver com a extensão das liberdades civis com que se preocupavam os pais da democracia e nada disto, por sua vez, tem a ver com o fato de que o pioneiro Jeffersoniano desapareceu, enquanto a prosaica Genebra de Rousseau tornou-se sede de multinacionais.

Hoje, como ontem, importa ao liberalismo econômico que os fatos econômicos, escapando ao arbítrio dos politicamente poderosos, fluam desimpedidos pelo leito que lhes é próprio.

Em suma, para o liberalismo econômico, matriz doutrinária de onde emanam as demandas não atendidas acima apontadas, o mundo econômico deve organizar-se a partir da busca, por cada agente econômico, da maximização dos seus lucros (em se tratando de famílias, de suas utilidades). Não existiriam, em tal caso, esferas de decisão situadas acima dos agentes econômicos, e buscando corrigir ou conduzir os fatos econômicos.

---

## TRAJETÓRIAS DISTINTAS

Admitida a autonomização do liberalismo econômico, convém acrescentar que o seu destino foi também profundamente diverso daquele reservado ao liberalismo político. Este, do seu berço histórico (o fim da guerra das religiões na Europa) até o presente – e ressaltados o socialismo burocrático/totalitário e o fascismo, que começam a ser vistos como um grande parêntese na história – conquistou adeptos e se espraiou. Aliás, não apenas historicamente, mas também ao nível das idéias, as supostas alternativas ao liberalismo político jamais se libertaram de contingências e idiossincrasias, buscando justificar-se na excepcionalidade das circunstâncias – e garantir-se via repressão.

O contraste com o que acaba de ser dito é total, ao nos voltarmos para o liberalismo econômico. Antes de mais nada porque, se é verdade que o liberalismo econômico hoje conta, de fato, e não apenas na retórica, com uma aceitação generalizada, este é um momento raro na história. De fato o liberalismo econômico foi rechaçado e desafiado, de forma praticamente ininterrupta, e sob diversos ângulos, desde que surgiu.

### CRÍTICA DO LIBERALISMO ECONÔMICO

Para efeitos desta exposição, dois tipos de crítica ao liberalismo econômico merecem destaque.

Uma delas procura mostrar que o curso dos acontecimentos, quando unicamente levado pelas decisões dos agentes econômicos não é o melhor, havendo proveito em corrigi-lo. Esta é a longa e heterogênea tradição a que cabe referir-se como das políticas econômicas e sociais ativas. Dentre o variado grupo dos que nela se situam, muitos creem que as falhas do mercado, afinal, nada tem de surpreendente. Longe de constituir uma entidade natural, o mercado foi, pelo contrário, histórica e socialmente construído. Isto porém não impede que, uma vez construídas (e historicamente polidas) as instituições que o compõem – e introjetados os papéis exercidos pelos agentes econômicos – esta segunda natureza, nutrida por decisões econômicas individuais, adquira um elevado grau de autonomia. E é justamente sobre esta autonomia, digamos, relativa, que tratarão de atuar as políticas econômicas e sociais.

Para o curso desta exposição, três observações me parecem necessárias acerca desta vasta corrente.

Deve ficar claro, inicialmente, que ela explora as (mesmas)

---

pistas levantadas pelos primeiros economistas, mas descobre inconsistências e pontos corrigíveis no funcionamento da economia. Assim sendo, se a descoberta da lógica econômica levou à não intervenção, o mesmo tipo de conhecimento – presumivelmente aprofundado – agora justifica a intervenção.

Por outro lado, este tipo de posicionamento, apesar de conter problemas políticos jamais suficientemente esclarecidos (afinal, em nome de quem, e a que título, decidem os policy makers?), não teve dificuldades com o liberalismo político, e muito menos com a democracia. Dele, aliás, provieram muitos dos argumentos que embasaram a aquisição pela democracia, no século XX, de uma dimensão social. Finalmente (e isto contribuiu seguramente para a sua ampla aceitação), os membros desta ampla corrente jamais se propuseram a orientar a evolução econômica. A bem dizer, a maioria de seus integrantes nunca deixou de atribuir a assignação de recursos à lógica do mercado – cabendo às políticas econômicas e sociais aparar arestas e, eventualmente, corrigir o nível de emprego da economia. Como já foi dito, tratava-se, no fundamental, de combinar a mão invisível com o abraço social.

Passo agora ao segundo tipo de crítica, sem dúvida o que mais interessa a esta exposição. O ponto de partida aqui consiste na constatação de que o que há de mais avançado – técnicas produtivas, formas de organização, etc. – pode, sob certas condições, ser transposto para contextos relativamente atrasados. Em outras palavras, a evolução das economias retardatárias não precisa repetir a seqüência – ou o ritmo – das mudanças verificadas naquelas que se encontram em posição de liderança. Para que a evolução econômica venha a ser efetivamente "abreviada", é no entanto necessário, como mostrou F. List que um grande esforço seja feito, e que circunstâncias muito especiais sejam criadas. A assignação de recursos, em particular, deve ser em alguma medida assumida por uma instância situada acima dos agentes econômicos singulares.

Historicamente, dois grupos de países promoveram o esforço de emparelhamento a que estamos nos referindo: países propriamente ditos atrasados; e países que, tendo por alguma razão sofrido um processo de retardamento, tratam de recuperar a distância surgida entre suas economias e as mais avançadas. No primeiro caso – em que o Japão pode ser tomado como caso paradigmático – trata-se da promoção de autênticos saltos históricos. No segundo, que pode ser representado pela economia francesa após a Segunda Guerra Mundial – seria mais bem o caso de se falar em mera recuperação do atraso acumulado.

---

O esforço de emparelhamento é algo que, aparentemente pelo menos, se contrapõe frontalmente ao liberalismo econômico. Afinal, longe de deixar fluir as decisões econômicas, o que se pretende é exatamente sobrepor-se a elas e canalizá-las. Adiante se verá, no entanto, que a contraposição é menos intensa do que o percebido à primeira vista. Além disto, as tentativas de emparelhamento requerem que alguma instituição ou corpo político, se erga por cima dos agentes econômicos – o que sugere a existência de uma densa problemática política onde quer que este tipo de experiência seja levada a efeito. Por fim, mas não menos importante, a sua implementação requer um tipo de saber, que guia o processo e ilumine as escolhas. No que segue terei rapidamente em conta algumas destas questões. (1)

## EMPARELHAMENTO X LIBERALISMO ECONÔMICO

A lógica econômica convencional contempla naturalmente a possibilidade de implantação de empreendimentos tecnicamente avançados em contextos onde eles não poderiam haver sido (domesticamente) engendrados, bastando para isto a existência de preços suficientemente convidativos. Isto porém, evidentemente, não caracteriza o processo de emparelhamento, e sim algo conhecido na literatura dos anos 50 como "enclave". O emparelhamento, contrariamente, supõe a implantação de empreendimentos que não resultam do cálculo econômico realizado a partir dos preços imediatamente disponíveis e que, além disto, fazem parte de um conjunto de mudanças.

A idéia de conjunto é aqui fundamental. Primeiramente, e como sugeriu há muito tempo Rosenstein Rodan, porque a interação dos novos projetos é importante para que eles mutuamente se façam mais proveitosos. Além disto, porque o conjunto aumenta a plausibilidade de uma cadeia de reações ser detonada, e através dela, entrarem em cena decisões únicas e exclusivamente tomadas

---

1. Quanto à crítica do liberalismo econômico, de inspiração marxista, nega radicalmente a mera hipótese da autonomização da esfera econômica. A questão seria, em última análise, ontológica: o fato econômico contém o fato político, que dele não pode ser destacado. Na raiz desta convicção se encontra o poderoso argumento marxista de que a dominação política se encontra no capitalismo (ou mais precisamente no mercado de trabalho) camuflada pela relação puramente mercantil da compra e venda de força de trabalho por seu valor de mercado. Neste caso, há de se convir que o fato econômico de alguma maneira embute o fato político. Os marxistas, porém, parecem estender ou generalizar o argumento e com isto se negam a ver o problema discutido neste artigo: o capitalismo pode ser submetido a diferentes graus de controle político, fenômeno levado ao limite nas experiências históricas de emparelhamento.

---

(ainda quando favorecidas por estímulos governamentais) em função dos lucros esperados.

Deparamo-nos aqui com uma possibilidade de enorme significado. Sendo possível o desencadeamento de uma onda de mudanças, não é necessário prever e muito menos promover, cada uma das decisões requeridas pela transformação historicamente que se pretende provocar. Aqui reside uma diferença fundamental para com o socialismo. O emparelhamento, longe de pretender virar a página da história, tenta "enxertar" o novo no antigo. Aliás, deve ficar claro que, apesar do frontal desafio inicial à lógica do mercado, o esforço de emparelhamento tende a acionar energias (inclusive políticas, como observou Schumpeter) latentes nas estruturas preexistentes. Na medida em que isto se dê, adquire força a componente "modernização conservadora" do emparelhamento. A ênfase que dei ao território comum entre emparelhamento e mercado permite-me retomar agora a (enorme) área de conflito entre emparelhamento e liberalismo econômico.

A promoção do emparelhamento, ao situar as decisões mais relevantes além do horizonte dos atores individuais, requer a implantação de um regime de tomada de decisões muito especial. Dito simplesmente, os agentes econômicos, agindo de acordo com o que entendem constituir os seus interesses (e situados dentro de seu horizonte tradicional) não tomariam as decisões que põem em marcha o emparelhamento – e afetarão decisivamente o meio ambiente em que operam. Em lugar do regime tradicionalmente vigente de tomada de decisões surge, pois, necessariamente, um novo regime, em cujo estabelecimento e operação novas instituições e, eventualmente, novos atores adquirem enorme peso.

Uma das características que mais chamam a atenção nas experiências de emparelhamento é aquilo a que poderíamos denominar de suavização da ruptura. Com efeito, visando seguramente reduzir as resistências dos interesses e das tradições, mais de uma vez lançou-se mão de quase ardis, como a valorização de lideranças tradicionais (samurais, junkers, etc) e a restauração de símbolos da mais robusta tradição. O Japão, a mais exitosa das experiências, foi também a que mais se notabilizou por vestir a mudança com roupagens da tradição. Seja como for, na carregada agenda política da transição destacam-se: o estabelecimento de grandes objetivos que, num certo sentido, passam a "comandar" as transformações, a definição do perfil das novas instituições, e, por último mas não menos importante, a determinação dos recursos a serem mobilizados. Nesta última tarefa, mesclam-se, necessariamente, o saber econômico e as considerações de natureza política. Mas, é bom

---

frisar, em toda esta pauta de pouco valem as informações relativas aos preços vigentes, especialmente no que concerne ao mercado interno. O que deixa mais uma vez claro o sentido eminentemente estratégico das opções – e o distanciamento em relação às decisões usuais dos agentes econômicos.

Dentre as características do emparelhamento avessas ao liberalismo econômico, requer destaque a importância dos grandes objetivos. Ao enfatizar este ponto, Johnson (2) denominou de "telocráticas" as sociedades empenhadas num grande esforço de emparelhamento. Procura com isto enfatizar a manifesta ruptura com o cotidiano e com as regras. A observação é, sem dúvida, pertinente. Cabe no entanto advertir que a suspensão de regras não pode aqui significar o avanço do arbítrio. Concretamente é indispensável que as mudanças anunciadas configurem um novo horizonte. E, portanto, que a intervenção política não deslize em direção ao intervencionismo ou, dito de outra maneira, que o dirigismo tenha efetivamente rumo e regras.

A história parece ensinar que é preciso uma âncora, e que esta pode ser encontrada na existência de uma burocracia qualificada para a função e imbuída de um forte sentido de missão. A ela caberá administrar o processo ou, mais concretamente, e recorrendo à imagem anterior, cuidar dos muitos detalhes necessários ao êxito do enxerto.

## QUESTÕES PARA DEBATE

Valendo-me de algumas das idéias anteriormente expostas gostaria de oferecer para debate as seguintes proposições:

1. A onda liberalizante que varre o mundo, ao limitar drasticamente a capacidade dos governos de interferir com maior razão, de direcionar as economias, tende a restabelecer o império do "sistema econômico". Isto não significa o retorno do capitalismo às condições vigentes no século XIX, pois tudo indica que o capitalismo sofreu autênticas mutações (por exemplo, no que toca às condições em que opera o mercado de trabalho) ao longo de sua história. Mas significa, no mínimo, a atenuação da política como fonte de mudanças que desviem a corrente das decisões econômicas do leito em que fluem quando (unicamente) determinadas por si mesmas. Neste sentido, não é só o socialismo que aparentemente

---

2. Johnson, Chalmers, *MITI and the Japanese Miracle*, Stanford University Press, Stanford, California, 1981.

---

estaria sendo enterrado em nossos dias, mas, também, a própria capacidade de orientar as economias a partir de grandes opções em relação ao mundo em que se pretende viver. E isto não obstante o êxito espetacular de diversas experiências de direcionamento e aceleração de economias, seja nos países desenvolvidos durante e após a Segunda Grande Guerra, seja nos países que tenazmente se lançaram nas chamadas políticas de emparelhamento.

Há fortes indícios de que o movimento no sentido da despolitização do capitalismo, constituiu de início (meados dos anos 70), uma reação ao fato de que a combinação, oriunda da grande depressão dos anos 30 e da Segunda Grande Guerra, de democracia com governo forte (capaz de assegurar o pleno emprego, ampliar o leque de direitos sociais, e promover o crescimento), a partir de certo ponto começou a solapar a eficiência do capitalismo.

Ao prosseguir nos anos 80, estendendo-se agora aos países subdesenvolvidos e às regiões onde o socialismo entrou em colapso, o movimento parece, no entanto, adquirir outro significado. Por um lado, contribuirá talvez para impedir a repetição de extravagantes experiências como as de NKruma e do General Velasco no Peru. Mas, por outro, poderá também impedir o surgimento de novos Japões e Coréias, comprovadamente capazes de perturbar a ordem econômica internacional, senão mesmo de colocar em questão a hegemonia industrial das velhas potências. Isto também significa que, ao invés de se aperfeiçoar e introduzir salvaguardas democráticas num tipo (comprovadamente existente, insisto) de possibilidade histórica, decidiu-se (sem que isto jamais fosse discutido pelos que mais teriam a ganhar) estender aos países subdesenvolvidos o que Williamson denominou de *Washington consensus*.

Esta segunda emancipação do econômico vis-à-vis a esfera da política tem em comum com a primeira, a entronização do sistema econômico. Mais uma vez a economia, nos termos da discussão anterior, é convertida em anti-política. As diferenças, no entanto, são imensas. Originariamente (e parafraseando Hirschman) a emancipação livrou os interesses (a economia), da instabilidade congênita das paixões (a política). Desta feita, porém, os interesses estão se livrando das possibilidades criadas pelas políticas econômicas e sociais – e, através disto, em última análise, dos contextos nacionais.

Para que se consuma a segunda morte da política, acima anunciada, é importante que a grande lição que a Europa extraiu da Segunda Grande Guerra, e que se tornou muito mais evidente com o sucesso japonês – de que a economia, especialmente quando

---

se trata de recuperar terreno, pode ser induzida a avançar em alta velocidade – está sendo esquecida. (3) Pior que isto, a história está sendo reescrita, de forma a ocultar os grandes êxitos obtidos – por exemplo no Brasil de 1950 a 1980 – pela política econômica.

2. Para as economias subdesenvolvidas, o liberalismo econômico significa a tácita aceitação de que ainda se encontram numa situação em que os agentes econômicos têm a sua atuação tolhida pelas interferências e caprichos dos "príncipes" e seus apaniguados, ou que já se encontram na situação limite, em que um longo e intenso ativismo levou à fadiga dos instrumentos de política econômica. A realidade no entanto é bem outra, e a crítica situação em que nos encontramos pode ser descrita da seguinte maneira. Os recursos disponíveis na economia ainda não permitem que todos os cidadãos tenham acesso a uma cesta moderna de consumo (problema agravado pela má distribuição da renda) – e as massas já consideram esta mesma cesta de bens como uma espécie de mínimo socialmente necessário. Em outras palavras, as massas se consideram credenciadas para consumir um montante de bens e serviços que – para que todos consumissem – a renda média do país teria que ser muito maior (o dobro, talvez) do que é. Ou seja, as pessoas, subjetivamente, já realizaram o salto a que, global e objetivamente, estamos renunciando. Se isto nos coloca diante de uma impossibilidade, cabe enunciá-la, e não escamoteá-la: acreditando ou fingindo acreditar que as reformas liberalizantes e a educação permitirão à economia atingir o ritmo de crescimento requerido para atender às expectativas das massas; ou, no quadrante político oposto, acreditando ou fingindo acreditar que o problema pode ser resolvido por redistribuição de renda.

3. A integração na economia internacional – para a qual vamos deslizando – elimina as possibilidades de ação a partir de "unidades econômicas" nacionais. Que o digam os socialistas de Mitterrand em seu primeiro mandato, ou os socialistas espanhóis desde a ascensão do PSOE. Numa palavra, muito do que eles pretendiam revelou-se, em decorrência da integração com as demais economias européias, inviável ou mesmo (admitida a integra-

---

3. Cabe chamar a atenção para um fato absurdamente ausente dos debates em curso neste país. Enquanto a América Latina perdeu a década dos 80, surgiram na Ásia uma segunda e uma terceira geração de NICs, crescendo em regra a altas taxas, englobando pequenas, médias e grandes nações, regimes autoritários e também democráticos. Neste novo velho mundo um grande destaque deve sem dúvida caber ao colosso chinês, em que a produção total (produtos agrícolas e manufatureiros), de 1980 a 1988, expandiu-se mais do que nos 4000 anos anteriores de sua história (mais de 10% ao ano).

---

ção) irracional. E é conveniente frisar que franceses e espanhóis não abriram mão do governo de suas economias em benefício de um suposto governo europeu. Longe disto, o que houve foi uma acomodação ao jogo econômico infra-europeu, espaço onde se tornou limitadíssimo, na prática, o alcance das políticas nacionais. Mais precisamente, o balisamento institucional definido em Bruxelas, assim como a política monetária definida em Bonn não podem em absoluto ser consideradas como o equivalente supranacional das ativas políticas praticadas, digamos, nos anos 50 e 60.

No caldeirão econômico europeu ingressou também Portugal. Mas a integração econômica constitui neste caso, paradoxalmente, o análogo de uma política de emparelhamento. Esta tem por base a liberação do trânsito de trabalhadores no mercado de trabalho europeu. Na medida em que este ponto seja negado, a integração retira o poder do Estado de fazer política econômica (possibilidade bastante modesta no caso de Portugal), e encarcera os trabalhadores em espaços econômicos (o termo nação perde aqui, em grande medida, o seu sentido) sob a responsabilidade (?) de governos impotentes.

Os autores deste livro:

### **Francisco Weffort**

Professor de Ciência Política da USP. Pesquisador do CEDEC, em São Paulo, e do Washington Center, nos Estados Unidos. Publicou, entre outros, "Por que democracia?"; "O populismo na política brasileira" e "Direito, cidadania e participação", este em colaboração com diversos autores.

### **Alan Wolfe**

Professor da New School of Research, em Nova Iorque. Publicou, entre outros, "Whose Keeper", "The American Dilema" e "The Limits of Legitimacy".

### **Antônio Barros de Castro**

Professor Titular de Política Econômica do Instituto de Economia Industrial da Universidade do Rio de Janeiro. Editor do Boletim de Conjuntura do IEE/UFRJ. Publicou, entre outros, "O capitalismo ainda é aquele", "Introdução à economia", este em colaboração com Carlos Lessa, e "Sete ensaios sobre economia brasileira".

### **Francisco de Oliveira**

Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Professor Colaborador do departamento de Sociologia da FFLCH/USP. Publicou, entre outros, "O banquete e o sonho: ensaios sobre economia brasileira", "A economia da dependência imperfeita" e "O elo perdido".

### **Carlos Nelson Coutinho**

Professor Titular de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Publicou, entre outros, "O estruturalismo e a miséria da razão", "Literatura e humanismo - Ensaios de crítica marxista" e "Realismo e anti-realismo na literatura brasileira", este em colaboração com diversos autores.

### **Giuseppe Vacca**

Diretor do Instituto Gramsci, em Roma. Publicou, entre outros, "Quale democrazia", "Gorbaciov e la sinistra europea", "Il marxismo e gli intellettuali" e "Il marxismo italiano degli anni 60".